CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO REQUERIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL Nº 56/2023

AUTORIA: VEREADORA LAINA

EMENTA: "Declarar a utilidade pública municipal da entidade Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor - Projeto Força Feminina".

RELATOR: Paulo Magalhães Júnior

PARECER

A proposição em comento tem o escopo de **"Declarar a utilidade pública municipal da entidade Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor - Projeto Força Feminina".** A proponente justifica o projeto em face da necessidade de declarar a Utilidade Pública Municipal da referida entidade para melhor desempenho das suas atividades estatutárias, apresentando neste processo legislativo, todos os documentos comprobatórios da exigência contida em legislação específica.

Compete a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias que nos foram apresentadas para exame, nos termos do art. 68, inciso II do Regimento Interno aprovado pela Resolução 910/1991.

Encontra-se apensado ao Requerimento cópia dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2022, que são: personalidade jurídica, efetivo e contínuo funcionamento há mais de 12 (doze) meses, não ter fins lucrativos, prestação de contas do último exercício financeiro, e gratuidade das funções de seus dirigentes.

O presente Requerimento será apto a seguir regular tramitação na Casa Legislativa do Município de Salvador, uma vez que atende aos requisitos previstos na nossa Lei Orgânica e no Regimento Interno, razão pela qual opinamos **PELA APROVAÇÃO DO RUP N° 56/2023.**

É o parecer.

Sala das Comissões, 14 / agosto / 2023.

Vereador **Paulo Magalhães Júnior**